



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Boletim Agronegócio Internacional

Edição 24 - Maio de 2016

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br



A crise láctea argentina e suas lições

A Argentina é um dos maiores produtores de produtos lácteos do mundo. Em 2015, o país foi o 9º maior produtor de leite fluido (com 11,50 milhões de toneladas) e o 5º de leite em pó (238 mil toneladas), segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA). No comércio mundial, o país ocupa a sétima colocação entre os exportadores do setor, sendo o primeiro na América Latina. Entre 2012 e 2015, o comércio de produtos lácteos rendeu ao país uma média de US\$ 1,52 bilhão ao ano.

Apesar dos números amplamente favoráveis ao país, o setor lácteo argentino passa por uma grave crise. Desde janeiro, os produtores locais de leite, conhecidos como *tamberos*, reduziram sua produção em até 40% para tentar sobreviver à “maior crise [do setor] em vinte anos”, como afirmou o jornal argentino Clarín. As causas da atual situação, bem como as ações do governo e do se-

tor produtivo local para tentar conter a crise, podem afetar o Brasil no curto prazo, e criam lições que devem ser analisadas pelo país.

AS CAUSAS DO PROBLEMA

A atual dificuldade vivida pelo setor tem duas causas principais que remetem a um passado recente: as políticas econômicas intervencionistas do governo Kirchner, que afetaram a competitividade do setor, e uma notável redução nos valores internacionais do leite entre 2014 e 2015.

Nos últimos meses, o setor lácteo enfrentou uma histórica redução no valor internacional de seus produtos. Impulsionados por altos preços para leite e derivados entre 2013 e o primeiro semestre de 2014, produtores internacionais despejaram grandes quantidades de produtos lácteos no mercado, ampliando o estoque global.

Preços futuros de leite em pó



Fonte: Índice New Zealand WMP Price Index; Fonterra Global Dairy Trade in Bloomberg | Elaboração: SRI/CNA

Com grandes volumes estocados, os consumidores mundiais reduziram suas importações de leite em pó. A China, maior compradora mundial desses produtos, reduziu suas compras de leite com mais de 1,5% de gordura em 40,1%, entre 2013 e 2015. Como resultado, os preços futuros internacionais caíram de uma média de US\$ 5 mil/tonelada (em fevereiro de 2013) para US\$ 1,85 mil / tonelada (em julho de 2015).

O fim do “ciclo de ouro” dos lácteos e a redução em seu valor internacional coincidiram com a queda nos preços de outras commodities, que afetou a economia de países latino-americanos como Argentina e Brasil. Além disso, algumas políticas adotadas pelo governo da ex-presidente Cristina Kirchner dificultaram ainda mais a exportação por parte dos produtores argentinos, inclusive de lácteos. Buscando reduzir a inflação, o país tomou medidas que prejudicaram a exportação de produtos como o milho e a soja, e valorizou artificialmente o peso argentino frente ao dólar americano. O controle cambial argentino era conhecido como “cepo”.

Com a chegada de Mauricio Macri à presidência argentina, o fim do cepo e a redução dos impostos de exportação, produtores argentinos de soja, milho e de outros produtos puderam ampliar suas vendas ao exterior e, conseqüentemente, suas rendas. Apesar disso, a situação dos produtores lácteos daquele país não melhorou com a abertura de Macri. Pelo contrário, piorou.

O fim dos impostos de exportação de milho reduziu a oferta desse produto no mercado argentino, ampliando o preço desse importante componente da ração animal. Simultaneamente, o fim das políticas cambiais dos Kirchner levou à ampliação da inflação argentina, o que retira expectativas de preço de consumidores e vendedores de matérias-primas. Além disso, o excesso de leite em pó no mercado internacional dificulta a recuperação das exportações argentinas mesmo em um momento em que o leite argentino tem maior competitividade no mercado internacional, graças à desvalorização da moeda do país.

Exportação trimestral argentina de leite em pó



Fonte: Aliceweb Mercosul | Elaboração: SRI/CNA

A SITUAÇÃO DOS TAMBEROS

Os produtores argentinos enfrentam agora uma difícil situação. Preços internacionais baixos dificultam o escoamento dos estoques de até 40 mil toneladas de leite do país, segundo estimativa do ministro da Agroindústria, Ricardo Buryaile. Internamente, esses mesmos estoques pressionam os valores de venda do leite.

Ademais, a falta de expectativa de preços causada pela inflação (de cerca de 4,0% ao mês em 2016) dificulta as negociações entre produtores, indústria e supermercados locais, pois reduz as expectativas de preços e, assim, as margens de negociação do produtor rural. Por essa razão, a participação dos fazendeiros no preço final dos lácteos caiu de cerca de 30% para 15%, de acordo com produtores locais. Como resultado, esses pecuaristas recebe-

ram, no final de março, entre US\$ 0,18 e US\$ 0,21 por litro, segundo o governo argentino, enquanto os custos de produção variaram de US\$ 0,25 a US\$ 0,28 por litro.

Durante o mês de abril, os preços voltaram a subir, o que beneficiou apenas moderadamente o produtor local. Essa valorização ocorre em razão das enchentes que afetam a produção e o transporte de leite na principal região produtora da Argentina. Com menos leite disponível no mercado, os preços pagos ao produtor subiram de 15% a 20% entre março e abril, e é esperado que essa valorização chegue a até 40% em junho. Apesar disso, as chuvas também valorizaram os preços de milho em cerca 25% entre março e abril, o que aumenta os custos de produção locais.

MEDIDAS DE CONTENÇÃO E RECUPERAÇÃO

Para lidar com as dificuldades enfrentadas pelo setor, instituições representativas e o governo argentino têm tomado medidas que incluem negociações entre os setores pecuário, industrial e de distribuição, incentivos governamentais e vendas ao mercado externo.

Segundo o governo local e as Confederações Rurais Argentinas (CRA, equivalente à CNA brasileira), a forma mais viável de recuperar o setor seria por meio da cessão de parte dos lucros da indústria e, principalmente, dos supermercados, aos produtores. Já houve diversas negociações bilaterais e, segundo os produtores, a indústria já teria se comprometido a ampliar seu preço de compra de leite em US\$ 0,18/litro – o que, segundo Daniel Oggero, integrante da Associação de Produtores Lácteos da Argentina (APLA), não teria acontecido.

Simultaneamente às reuniões entre produtores, industriais, supermercados e governo, este último decidiu agir diretamente para reduzir os danos sofridos pelos pecuaristas argentinos. No início de janeiro, Macri lançou subsídios de US\$ 0,03/litro para até 3000 litros diários produzidos pelos tamberos, além de garantir uma linha de créditos subsidiados de cerca de US\$ 70,00 milhões a esses produtores. Com a manutenção da crise, o governo central e as províncias argentinas ampliaram

esses subsídios para US\$ 0,05/litro entre subsídios diretos e redução de impostos. O governo argentino imagina que gastará cerca de US\$ 49,07 milhões com subsídios diretos ao setor leiteiro local nos primeiros cinco meses de 2016.

Finalmente, uma terceira medida aventada pelo governo envolveria a exportação governamental de leite argentino. Segundo essa medida, anunciada pelo ministro Buryaile no início de março, o governo compraria os sobre estoques de leite e buscaria acordos bilaterais para exportá-los e, assim, retirar esse excedente do mercado argentino. Todavia, esse plano foi paralisado após o anúncio de que uma cooperativa argentina exportaria 40 mil toneladas de leite à Venezuela, principal mercado de interesse do governo argentino. No entanto, o governo local informa que tentará negociar com China, Cuba, México e Brasil para exportar seu leite para esses mercados no futuro.

AS LIÇÕES PARA O BRASIL

A crise do setor lácteo argentino serve para dar diversas lições ao setor produtivo e ao governo brasileiro. Ainda que no princípio ajudassem a reduzir uma grande inflação, as travas às exportações e à flutuação do peso frente ao dólar prejudicaram a economia local a ponto de serem financeiramente inviáveis. Ao dificultar que os produtores locais lucrassem com os altos preços internacionais de produtos lácteos entre 2013 e 2014, esse sistema deixou os tamberos enfraquecidos no momento em que o ciclo de preços encontra seu vale. Agora, para evitar a falência do setor, toda a sociedade argentina paga US\$ 10 milhões ao mês em subsídios para tais produtores.

Além disso, a crise argentina demonstra a necessidade de organização do setor produtivo. Muitas das medidas de apoio ao produtor tomadas até o momento, incluindo compromissos de preço da indústria e subsídios governamentais, ocorrem após negociações capitaneadas pelo setor produtivo organizado. De fato, a própria CRA afirmou que uma maior organização seria mais benéfica ao produtor local, defendendo em seu periódico *Las Bases*, de fevereiro de 2016, que “se há algo que toda a cadeia láctea deve encarar de frente [...] é

uma reconversão em direção a um setor ordenado e transparente, com mercados institucionalizados que contenham preços de referência” (tradução livre, Las Bases, nº 91, p.13).

Por fim, é importante que as lições da crise argentina não tenham de ser aplicadas a curto prazo no

Brasil. Para tanto, é importante que o governo brasileiro, em acordo com o setor produtivo local, organize medidas que impeçam que grandes excessos de leite argentino invadam o mercado nacional. Se isso ocorresse, grandes e pequenos produtores brasileiros seriam afetados por uma crise pela qual não tiveram qualquer responsabilidade.

Agronegócio segue responsável por mais da metade das exportações brasileiras em abril

1. Cresce para 52,5% a participação do agronegócio nas exportações brasileiras

No último mês, o agronegócio se manteve como o setor brasileiro que mais exportou, vendendo ao exterior 52,5% do total enviado pelo Brasil a seus parceiros comerciais. Esse foi o terceiro mês seguido em que a maior parte das exportações brasileiras vem do campo ou da agroindústria.

bio desfavorável e redução da atividade econômica brasileira – reflexo da crise – é apontada como grande causadora dessa redução.

SALDO COMERCIAL: Com esses valores, o saldo comercial do agronegócio foi de US\$ 7,10 bilhões em abril. Somado ao déficit de US\$ 2,24 bilhões de outros setores da economia, esse resultado garantiu ao Brasil um saldo comercial de US\$ 4,86 bilhões – o maior de 2016 e da história para um mês de abril.

2. Composição das exportações do setor

As vendas de dez produtos equivaleram a 79,6% das exportações do agronegócio brasileiro no último mês. Apenas a soja em grãos, principal produto do setor, foi responsável por 43,7% (US\$ 3,53 bilhões) das exportações totais.

Além da soja, outros produtos importantes foram carne de frango in natura (US\$ 533 milhões), farelo de soja (US\$ 452 milhões), celulose (US\$ 439 milhões) e açúcar em bruto (US\$ 380 milhões).

Participação e valores das exportações por setor Mês de abril



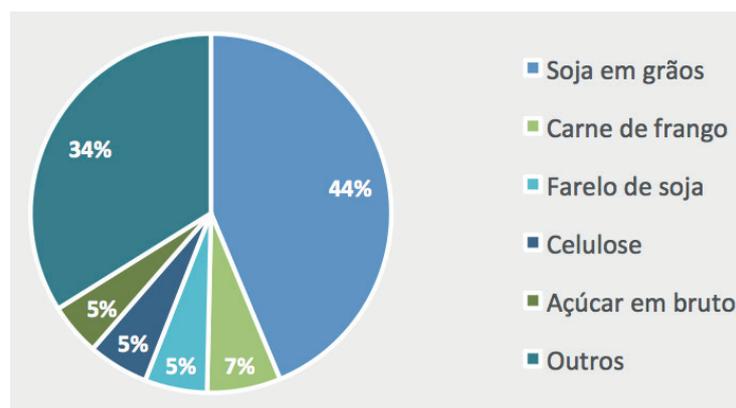
Fonte: SECEX/MDIC e Agrost/MAPA. | Elaboração: SRI/CNA

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES: Nos dois primeiros bimestres do ano, o agronegócio foi responsável por 50,2% das vendas brasileiras ao exterior. No mesmo período do ano passado, essa cifra era de 44% e em 2014, 43,1%.

MAIOR VOLUME: As exportações de US\$ 8,08 bilhões em produtos do agronegócio em abril foram 14,3% (US\$ 1,01 bilhão) maiores que as do mesmo mês de 2015. Em quantidades, esse crescimento foi de 42,9%.

COMPRAS EXTERNAS: As importações do setor, por sua vez, caíram 12,9%, em valor, atingindo US\$ 972,63 milhões. Uma combinação entre câm-

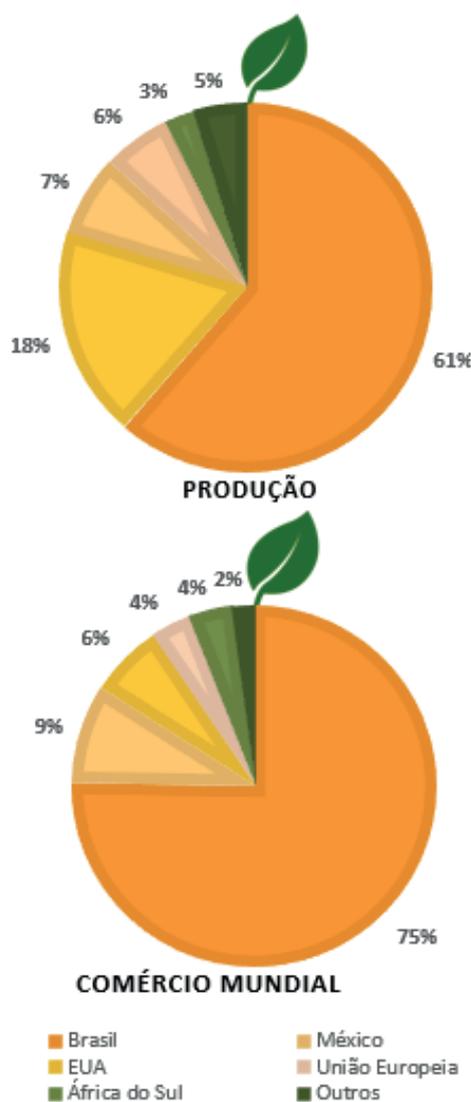
Principais produtos exportados do agronegócio brasileiro - Abril de 2016



Fonte: Aliceweb/MDIC | Elaboração: SRI/CNA

3. A evolução das exportações de suco de laranja

Participação no mercado mundial de suco de laranja - Safra 2015/2016



Fonte: PSD/USDA; Freepik | Elaboração: SRI/CNA

- Entre os produtos do agronegócio, foi destaque o crescimento da quantidade exportada de **suco de laranja não-congelado** (261,76% a mais que em abril de 2015), outros sucos de laranja (183,38%) e suco de laranja congelado (70,58%).

- No total, as **exportações** desse produto cresceram de US\$ 79,24 milhões, em abril de 2015, para US\$ 162,41 milhões, no mês passado.

- Fatores internacionais contribuíram para o crescimento das exportações desse produto. Dificuldades na produção de frutas usadas para outros sucos – especialmente laranjas na Flórida, maçãs na Polônia, e abacaxi na Tailândia – ampliaram a procura por sucos de laranja brasileiros.

- Internamente, chuvas no mês de janeiro atrasaram as entregas de laranjas às indústrias que, impulsionadas pela demanda externa, seguiram a fabricação de suco de laranja no mês de março.

Governo indiano aumenta orçamento para agricultura e bem-estar do produtor

O descontentamento está crescendo na Índia rural. Problemas econômicos, sociais e climáticos têm afetado a vida em diferentes partes do país, e os programas de bem-estar social têm sido insuficientes para combater a fome e a pobreza. Com risco de perder apoio político, principalmente da base eleitoral, o primeiro ministro Narendra Modi anunciou uma série de medidas focadas em um importante setor para o país: a agricultura.

A Índia

A Índia é o sétimo maior país em área territorial e o segundo mais populoso do mundo. Desde o início dos anos 90, o governo vem adotando medidas de liberalização econômica que aceleraram o crescimento e consolidaram o país como uma potência global. Hoje, a Índia tem uma das economias de mais rápido crescimento no mun-

do, 7,3% em 2015. Sua economia é diversificada e abrange uma ampla gama de indústrias e sistemas de agricultura modernos, uma infinidade de serviços, artesanato e agricultura familiar tradicional.

E o setor agrícola é fundamental para a manutenção dos níveis de emprego e a estabilidade socioeconômica do país. Segundo o Banco Mundial, quase três quartos das famílias indianas dependem de rendimentos rurais. A segurança alimentar da população também depende diretamente do que é produzido internamente, principalmente cereais, frutas, vegetais e produtos lácteos. No entanto, a produção não está voltada apenas ao mercado interno. A Índia se tornou um importante exportador de arroz, carne de búfalo, algodão e açúcar.

Desafios

No entanto, a Índia ainda enfrenta uma série de desafios que têm colocado em teste a capacidade do governo de manter o forte crescimento econômico e atender às necessidades da população, principalmente no campo.

Fatores como a queda nos preços globais dos alimentos, a adoção de uma política anti-inflacionária que atingiu os rendimentos rurais e uma mudança de foco dos subsídios para as despesas de investimento deixaram os agricultores, que já estavam fragilizados, ainda mais vulneráveis. Isso contribuiu para uma queda considerável no consumo da população rural.

Desde 2014, a escassez de chuvas, acompanhada por três choques de monções – ventos que determinam os períodos de chuva e seca no país – danificou milhões de hectares de plantações.

E os problemas não param por aí. Segundo o Centro Internacional para Comércio e Desenvolvimento Sustentável (ICTSD), a Índia tem o maior número de consumidores de baixa renda no mundo. Principalmente no campo, a pobreza continua a ser uma condição crônica.

A agência Bloomberg observa que os valores dos salários rurais têm caído, assim como as exportações de alimentos e a produção de bens de consumo de massa. Em tempos difíceis, os agricultores não têm muito espaço para inovar. Enquanto o ali-

mento subsidiado garante a segurança alimentar da população, outras formas de bem-estar social estão aquém do esperado: cuidados irregulares com saúde, seguro agrícola insuficiente e demora na ajuda emergencial, em caso de adversidades da natureza.

Os pedidos de maior apoio rural, combinados aos aumentos salariais propostos para funcionários do governo, geram riscos ao orçamento 2016-2017 apresentado pelo primeiro ministro Modi. Uma pesquisa da Bloomberg estima um déficit orçamentário de 3,6% do PIB para 2016, valor superior à meta estabelecida pelo governo indiano no ano passado.

Além disso, os desafios estruturais, principalmente em infraestrutura, restringem o crescimento e dificultam a geração de empregos. Para a consultoria indiana CRISIL Research (2016), o governo deve elaborar um plano estrutural para a agropecuária, incluindo ampliação de áreas irrigadas e da cobertura de seguro, transferência de subsídios diretos e reorientação dos subsídios agrícolas, com a finalidade de aumentar o investimento no setor.

Política agrícola

Domesticamente, a política agrícola indiana é instrumento fundamental para a saúde socioeconômica do país. Na Índia, essa política busca, principalmente, assegurar o fornecimento adequado de alimentos a preços acessíveis, e incentivar a produção por meio de subsídios.

Este ano, o governo anunciou a intenção de dobrar a renda dos agricultores até 2022, reorientando sua intervenção no setor agrícola e não-agrícola. Em discurso sobre o orçamento 2016-17, o ministro das finanças Arun Jaitley anunciou 359 bilhões rúpias indiana (₹) (aproximadamente US\$ 5,39 bilhões) para o setor agrícola e bem-estar do produtor.

Após dois anos seguidos de seca, em janeiro de 2016, o governo indiano aprovou o maior seguro agrícola da história do país. Sob o slogan “Prêmio mínimo, seguro máximo para o bem-estar do produtor” foram disponibilizados ₹55 bilhões (aproximadamente US\$ 825 milhões) para o seguro ru-

ral, ₹5 bilhões (US\$ 75 milhões) para impulsionar a produção, ₹150 bilhões (US\$ 2,25 bilhões) para subvenção do crédito agrícola e ₹10,2 bilhões (US\$ 153 milhões) para irrigação.

Segundo o ICTSD, para grãos e oleaginosas, culturas da estação da monção “kharif”, entre julho e outubro, os agricultores pagarão prêmios de 2% sobre o montante segurado, enquanto, para as culturas de inverno, “rabi”, de outubro a março, os prêmios serão de 1,5%. Para o algodão e a horticultura, o prêmio foi fixado em até 5%, em ambas as estações.

No Brasil, não existe uma taxa referencial para o seguro rural, pois são as seguradoras que precificam as apólices. No entanto, existem dois programas governamentais de apoio ao produtor: o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). No primeiro, o governo paga um percentual do valor do prêmio, que varia por atividade.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2015, a taxa média das apólices foi de 10,4%, valor muito superior ao pago pelos produtores indianos. No Proagro, como no caso indiano, a taxa é fixada por cultura/atividade. Além disso, em caso de perda da produção por eventos climáticos adversos, o produtor não precisa pagar o financiamento contratado.

Outro elemento importante para aumentar a produção e a produtividade agrícola na Índia é a irrigação. Dos 141 milhões de hectares da área plantada no país, 46% é irrigada (aproximadamente 65 milhões de hectares). No Brasil, por exemplo, a área irrigada não chega a 10%. Cerca de 84% das leguminosas – incluindo grão de bico, feijão, ervilhas secas e lentilhas) – 80% da horticultura, 72% das oleaginosas, 64% do algodão e 42% de cereais são cultivados em condições de sequeiro.

O programa Pradhan Mantri Krishi Sinchai Yojana (PMKSY, ou Sistema de Irrigação Agrícola do Primeiro Ministro, na tradução livre), pretende transformar mais 28,5 milhões de hectares em áreas irrigadas. No longo prazo, por meio do Banco Nacional da Agricultura Desenvolvimento Ru-

ral (NABARD), será criado um fundo para irrigação. O aporte inicial será de ₹200 bilhões (ou US\$ 3 bilhões).

A partir de 2016/2017, outro programa de seguro, o Pradhan Mantri Fasal Bima Yojana (PMFBY, ou Plano Político de Colheita do Primeiro-Ministro), será operacionalizado. O PMFBY protege o produtor das adversidades da natureza, como eventos climáticos e pragas. Em caso de sinistro, perda da produção, o agricultor recebe a maior compensação disponível no mercado de seguros.

Atualmente, o seguro rural indiano cobre apenas 25% dos agricultores e 20% da área plantada. Portanto, a adequação da cobertura por agricultor e safra será fundamental para garantir a utilidade do regime.

Além disso, para o FMI, ainda permanece o desafio da redução dos custos de produção, que adicionado a duas monções consecutivas desfavoráveis, prejudicam a recuperação da demanda da população do meio rural.

Na Índia, do total dispendido pelo governo na agropecuária, menos de 10% são destinados à formação de capital. O restante é utilizado em subsídios para alimentos e fertilizantes. De acordo com a consultoria CRISIL Research, durante as safras 2012/2013 e 2013/2014, enquanto o gasto do setor público com a formação bruta de capital na agropecuária aumentou em média 4,7%, os gastos com subsídio de alimentos aumentaram quase três vezes mais.

Conclusão

A marca da política agrícola da Índia tem uma abordagem e duas vias: manutenção de preços dos alimentos baixos para o consumidor e incentivo à produção por meio do apoio doméstico.

Para garantir o bem-estar no campo, o governo ampliou o orçamento dedicado ao setor agrícola.

Controles de exportação, manutenção de grandes estoques para abastecer o sistema de distribuição público, elevados subsídios para a população de baixa renda e produtores rurais, altas tarifas sobre produtos importados e preços mínimos, são exemplos de medidas adotadas pelo governo indiano.

Os números mostram que o aumento dessas despesas – principalmente com o objetivo de assegurar os níveis de emprego, renda e segurança alimentar – gera muitas controvérsias quanto à sua efetividade.

Além da dúvida em relação aos benefícios gerados à população indiana, é importante questionar, também, quais serão os efeitos dessas políticas no mercado externo. A política agrícola indiana e o novo sistema de seguros são temas de extrema importância para os países exportadores de alimentos, como o Brasil, e merece atenção.

Na reunião do Comitê de Agricultura da OMC, realizada nos dias 9 e 10 de março deste ano, Estados Unidos, União Europeia (UE), Índia, Brasil e

outros países membros, mais uma vez, questionaram seus respectivos programas de subsídios agrícolas.

Além disso, durante a reunião do Comitê, Canadá e UE solicitaram à Índia detalhes sobre sua proposta de seguro agrícola 2015-2016, e se ela será notificada a OMC.

Controvérsias sobre subsídios agrícolas continuam a dificultar a atualização das regras globais sobre o comércio na Organização. O novo esquema indiano parece seguir movimentos semelhantes ao dos Estados Unidos, focando no apoio doméstico, em torno de programas de subsídio ao seguro agrícola.



Agro em foco

Japão e União Europeia podem estar mais próximos de um acordo de livre comércio

O Japão e a União Europeia deram mais um passo nas negociações de um acordo de livre comércio. Após a 16ª rodada de discussões, em Tóquio, no último mês, negociadores de ambos os lados estão otimistas sobre a conclusão do acordo ainda este ano.

As negociações, que iniciaram em 2013, abrangem questões de acesso a mercado, incluindo tarifas, barreiras técnicas, compras governamentais, comércio de serviços, regras de investimento, questões sanitárias e fitossanitárias, indicação geográfica, e outros.

As negociações entre Japão e UE aceleraram após a conclusão da Parceria Trans-Pacífico (TPP), que pode ter dado aos asiáticos um novo fôlego e maior poder de barganha sobre os europeus.

A Comissão Europeia, por sua vez, afirma que o acordo será concluído apenas se for “substancial e se o nível de ambição for suficientemente elevado”. O mercado japonês é um dos mais disputados e almejados por países exportadores de produtos agropecuários, principalmente carnes.

Brasil e Peru assinam Acordo de Ampliação Econômico Comercial

No último dia 29, Brasil e Peru assinaram o Acordo de Ampliação Econômico Comercial. Feito aos moldes dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), a parceria inclui questões de compras governamentais, serviços e investimentos. Com a implementação

do acordo, por exemplo, as empresas brasileiras se tornam mais competitivas em licitações de compras de bens e serviços por parte do governo peruano, tendo condições mais equivalentes de acesso ao mercado. O Brasil já firmou ACFIs com outros países da América Latina e da África.

Apex-Brasil e MAPA buscam maior promoção do agronegócio brasileiro no exterior

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) assinaram, no último dia 27, um acordo de cooperação que visa atrair investimentos estrangeiros e promover o setor agropecuário nacional no exterior. Entre as ações previstas, estão missões empresariais, seminários e encontros com compradores. A parceria dá prioridade para a abertura e consolidação de alguns produtos, como as carnes, produtos lácteos, pescados, frutas e sucos, cafés e máquinas, em mercados considerados estratégicos, como China, Coreia do Sul, países do Oriente Médio, Japão e outros.

Governo cubano reduz preços de diversos alimentos

Segundo o Ministério das Finanças e Preços de Cuba, entrou em vigor no país, no dia 22 de abril, uma redução de até 20% nos preços de produtos básicos, principalmente alimentos. A medida foi baseada no Relatório Central do 7º Congresso do Partido Comunista, ocorrido de 16 a 19 de abril, que afirma que as pensões e os salários não têm sido suficientes para atender às necessidades das famílias cubanas.

Alguns alimentos afetados pela redução foram o arroz, as carnes e miudezas de frango, o óleo de soja, e o óleo de girassol. As carnes de frango in natura foram o produto agropecuário brasileiro mais vendido para Cuba em 2015, somando US\$ 109,98 milhões. O arroz foi o segundo item mais vendido, com US\$ 76,30 milhões em exportações brasileiras.

Número de adidos agrícolas brasileiros pelo mundo aumenta de oito para 25

No dia 10 de abril, foi publicado decreto no Diário Oficial, que aumenta de oito para 25 o número de adidos agrícolas brasileiros pelo mundo. Segundo o MAPA, os adidos agrícolas representam o ministério nas embaixadas brasileiras no exterior, com o objetivo de colaborar para o crescimento e a sustentabilidade da agropecuária. O MAPA acredita que a medida contribuirá com o trabalho de abertura, ampliação e manutenção de mercados para os produtos agrícolas brasileiros. 